

11-13-2009

Caminhos divergentes para a proteção social em saúde no México

O López

J Blanco

Follow this and additional works at: https://digitalrepository.unm.edu/lasm_cucs_pt

Recommended Citation

López, O and J Blanco. "Caminhos divergentes para a proteção social em saúde no México." (2009).
https://digitalrepository.unm.edu/lasm_cucs_pt/6

This Article is brought to you for free and open access by the Latin American Social Medicine at UNM Digital Repository. It has been accepted for inclusion in Portuguese by an authorized administrator of UNM Digital Repository. For more information, please contact disc@unm.edu.

Documento CUCS # 33C

SC20084(3)López-Blanco

López O, Blanco J. Caminos divergentes para la protección social en salud en México. [Caminhos divergentes para a proteção social em saúde no México.] Salud Colectiva (Buenos Aires, Argentina) 2008 setembro-dezembro; 4(3): 319-333.

Objetivos: Comparar os conteúdos, as ações e os principais campos de tensão entre as políticas de saúde nacional e local em México, entre 1994 e 2006.

Metodologia: Analítica descritiva.

Resultados: Os autores apontam que as diferenças entre as políticas de saúde nacional e local dependem do marco ideológico no qual se inscrevem respectivamente. De fato, ao nível nacional fundamenta-se na ideologia neoliberal, a de caráter local se sustenta numa perspectiva que assume o Estado como garantia social dos direitos individuais. Segundo os autores, para comparar e diferenciar ambas as políticas tem que se levar em conta a apresentação de medidas específicas durante os seis em seis anos presidenciais que vão de 1994 a 2000 e de 2000 a 2006. Os principais pontos de comparação constituem as estratégias, programas prioritários e recursos destinados a fortalecer os serviços de saúde tanto a nível nacional como local. Para os autores, as políticas de saúde nacional e local tem em comum o objetivo de garantir o direito à saúde; além disso difere-se no conteúdo dos programas prioritários para exercer este direito. A nível nacional, o programa de Seguro Popular de Saúde fortalece uma concepção restritiva mediante a prestação pré-paga do pacote de serviços de saúde em clínicas e hospitais, o que subordina a universalidade e a gratuidade às condições socioeconômicas dos usuários. Na política local, os programas de Apoio Alimentar, Serviços Médicos e Medicamentos Gratuitos para adultos maiores e população por outro lado, em geral, favorecem a universalidade e gratuidade.

Os autores afirmam que os recursos planejados fortalecessem os serviços de saúde nos programas prioritários tanto ao nível nacional como no local. Entretanto, entre 2004 e 2005, embora o Seguro Popular de Saúde financiara os sistemas locais de saúde em função do número de afiliados, os recursos federais e as contribuições e aportações solidárias, estes recursos foram insuficientes para operar o programa nos sistemas de saúde estatais. Além disso, os Programas de Serviços Médicos e Medicamentos gratuitos e de Apoio Alimentar incrementaram seus recursos locais para financiar os serviços gratuitos prestados pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal; o financiamento público assumiu além disso suas prioridades de saúde a este nível com critérios de equidade e segundo as necessidades.

Conclusões: Para os autores, subsiste uma contradição: a política de saúde nacional obedece à lógica de “universalizar” de acordo com as leis do mercado e pacotes pré-pagos de serviços de atendimento médico, enquanto que a política de saúde local propõe um sistema público, universal, integral e financiado com fundos públicos.